

Ata Circunstanciada da 64ª Sessão Ordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
Diretoria Legislativa
Setor de Registro e Redação Legislativa



ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA CIRCUNSTANCIADA DA 64ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.	
INÍCIO ÀS 15H49	TÉRMINO ÀS 16H54

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Está aberta a sessão.

Não há expediente para leitura.

Dá-se início ao comunicado de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (Maioria. Como líder.) – Boa tarde, senhoras e senhores. Boa tarde a todos que estão assistindo a esta sessão e a todos os presentes na galeria.

Presidente, eu gostaria de começar falando o seguinte: hoje, morreu alguém por espancamento em um hospital público. Não vai demorar para que eu possa falar isso. Não vai demorar para que isso seja uma verdade dita desta tribuna. Deputado Chico Vigilante, eu sei que vossa excelência se assustou. O que eu falei não é verdade, mas vai ser. Eu vou deixar isso registrado agora, porque vai chegar o momento em que alguém, seja eu ou qualquer outro deputado, dirá: "Hoje, morreu alguém espancado em um hospital público". Digo isso porque essa é a única notícia que ainda está faltando.

Há poucos dias, houve uma agressão a uma farmacêutica na região do Paranoá. Em outro dia, também houve uma agressão a uma enfermeira em Samambaia. Nesta semana, houve uma agressão a uma médica em Santa Maria. Isso não depende de o hospital ser público ou privado.

Recentemente, todos sabem, houve a agressão de um senador a uma técnica de enfermagem em um hospital privado, um hospital de luxo de Brasília. Então, não importa qual seja o hospital, se público, privado ou administrado pelo IGESDF. Em qualquer lugar, os profissionais de saúde estão apanhando.

Estamos esperando o quê? Aquela notícia *fake* que eu dei, mas que pode se tornar verdade um dia. É só o que está faltando. E os parlamentares não fazem nada? Fazemos, sim.

Eu elaborei uma lei que garante segurança privada nos hospitais e nas unidades de saúde, mas, até agora, nada foi feito. Além disso, no meu pedido, solicitei a instalação de câmeras de

monitoramento. Eles colocaram as câmeras, mas elas não vão impedir uma agressão. Elas vão até filmar o agressor, que pouco se importa em estar sendo filmado. Ele vai agredir, independentemente de ser homem ou mulher.

Sinceramente, uma pessoa que vai a um hospital e tem forças para agredir um trabalhador não está doente de verdade. Essa pessoa está passando mal de verdade? Ela pode até ter uma patologia, mas alguém que está passando mal de verdade tem tanta força e coragem de bater?

Senhoras e senhores, espero não voltar a esta tribuna um dia para falar isso, porque é só o que falta acontecer. O que fazer? Não há mais como continuar assim. Quem é mais antigo ou era da Secretaria de Saúde sabe que, nos grandes hospitais, havia um posto da Polícia Militar e um posto da Polícia Civil. Hoje não há mais nada disso. O que existe são vigilantes que, embora queiram ajudar, são limitados, inclusive por questões legais e contratuais, porque estão ali para exercer a vigilância do patrimônio, tanto do prédio quanto dos materiais.

E o trabalhador? Alguns podem achar incoerente eu defender que, nos hospitais, é preciso haver polícia e segurança. Mas é lógico que isso é necessário. A todo momento, vemos as agressões. Portanto, nós temos que garantir a segurança dos profissionais. Não é como antigamente.

Os pacientes estão muito mais impacientes, em razão dos problemas da saúde, que nunca foi boa. Se a saúde nunca foi boa, por que as pessoas estão agredindo tanto os trabalhadores? Porque isso se tornou algo comum que não gera consequências. Agredir servidor não dá em nada.

Aquele aviso informando sobre agressão de servidor não dá em nada. No máximo, os policiais chegam com todo o cuidado do mundo em relação àquele paciente que, para mim, deixa de ser um paciente ou uma vítima e passa a ser um agressor, um criminoso. Os policiais chegam e o levam à delegacia, com todo o cuidado. E, se tentarem levá-lo algemado, meu Deus, o mundo acaba, porque alegam que estão algemando o paciente que foi reivindicar o seu direito. Que direito?

Afinal, qual é o limite desse direito? Ele é paciente enquanto está no hospital aguardando atendimento. Depois que se tornou agressor, passa a ser um criminoso como qualquer outro.

Então, o levam para a delegacia, lavra-se um termo circunstanciado e acabou o problema. Tchau. E ele vai embora, às vezes até fazendo vídeo, dizendo: "Eu fiz justiça. Olha aí. Vocês têm que vir mesmo, vocês têm que bater mesmo nesse povo, nesse bando de folgados, nesse bando de desocupados do hospital que não fazem nada, nesses médicos que não querem trabalhar." É assim que estão fazendo. É assim que estão incentivando os assédios e as agressões nos hospitais.

Chega a época de campanha, está lá o bonitão do deputado, do senador, o bonitão do candidato ao governo na porta do hospital. Faz toda aquela encenação e diz: "Não, porque o hospital..." As palavras-chave são sempre as mesmas: "A saúde está na UTI", "o hospital é um caos", "o que falta é gestão", "tem dinheiro". São frases que ouvimos há mais de 30, 40 ou 50 anos. Mas esse mesmo parlamentar, ou esse mesmo candidato, nunca fez absolutamente nada pela saúde. Na direção contrária, criam-se sempre as soluções mais fáceis para tentar resolver os problemas. E entra governo, sai governo; entra governo, sai governo; e isso continua acontecendo.

Então, senhoras e senhores, espero não precisar voltar aqui para falar sobre agressões e sobre a morte de alguém, porque, se alguém morrer, aí sim assinaremos, todos nós, uma declaração de incompetência. Mais ainda, assinaremos a declaração de óbito dessa pessoa.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Boa tarde, presidente. Quero saudar todos e todas que nos acompanham no plenário, pelas galerias e pela TV Câmara Distrital.

Há aproximadamente 4 meses, nós realizamos uma fiscalização na via que dá acesso à Ponte

JK, uma via que apresenta uma particularidade: uma parte é administrada pelo DER-DF e a outra pelo Detran-DF. O que acontece é que essa via tem velocidade máxima de 80 quilômetros por hora. Entre as 2 pistas há uma barreira de contenção instalada pelo DER-DF, uma mureta de concreto de aproximadamente 1 metro de altura, que impede a travessia em nível.

De fato, aquela pista, por suas características de rodovia, não pode ter travessia em nível. Por isso, quando construíram a Terceira Ponte, implantaram a passagem por baixo da ponte. A pessoa caminha, passa por baixo da estrutura e atravessa para o outro lado. Ocorre que as características daquele local mudaram. Ali existe o CCBB, cada vez mais movimentado, com exposições, eventos e outras atividades. Acima, existem outros equipamentos públicos, inclusive do Poder Judiciário. Do outro lado da pista, há restaurantes, casas de eventos e espaços para comemorações. Ou seja, ocorreu o que chamamos de mudança no adensamento e no padrão de uso daquela via.

Como as pessoas tinham receio de utilizar a passagem existente, até porque a parada fica muito distante, e quando digo muito distante é realmente muito distante, criou-se um problema.

O Estatuto da Cidade estabelece que a distância entre a residência e uma parada de transporte coletivo deve ser, no máximo, de 500 metros. No caso de uma estação de metrô, pode-se chegar a 800 metros. Lá, porém, o percurso se aproxima de 1 quilômetro – considerando que a pessoa precisa caminhar, descer, passar por baixo da ponte, dar a volta e só então chegar ao outro lado.

Diante disso, o que as pessoas faziam? Atravessavam a pista correndo. Como existe a mureta, elas ficavam espremidas ao lado da estrutura aguardando uma oportunidade para atravessar. As pessoas estavam morrendo atropeladas naquela via. Isso porque um veículo trafegando a 80 quilômetros por hora percorre uma grande distância em poucos segundos. Muitas vezes, a pessoa imagina: “Vai dar tempo de atravessar”. Mas o carro chega antes e a atropela.

Qual é a solução para esse problema? Muita gente diz que a solução é uma passagem subterrânea, mas o povo não é tatu para andar debaixo da terra. Se a passagem subterrânea desse certo, a do Eixão não enfrentaria problemas. Falam em botar uma passagem aérea, mas o povo também não voa. Basta olhar como está a passarela da EPTG, pela qual as pessoas não passam por causa de uma série de inseguranças e atravessam a rua, correndo. Como se trata de uma área tombada, essas 2 saídas ainda foram aprovadas.

Os estudos técnicos – acompanhados pelo Ministério Público, pelo Detran-DF e pela Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana desta casa – sugeriram reduzir a velocidade para 60 quilômetros por hora e colocar faixas de pedestres com semáforos e botoeiras. Ou seja, os semáforos não iriam ficar funcionando o tempo todo, apenas quando acionados. Isso seria para salvar vidas! A vida é o bem mais precioso da humanidade, e protegê-la é a regra nº 1 que a política pública deveria seguir.

Estava tudo pronto. O Detran-DF fez os estudos, foi reduzida a velocidade da via, e foram colocados a faixa e o poste para o semáforo. Aí, a governadora mandou parar as instalações para fazer novo estudo. Quero saber se o novo estudo do Governo do Distrito Federal vai mostrar que a mortalidade vai ser reduzida. Não vai. Se a passagem não mudar, não vai funcionar.

A governadora disse que mandou suspender as instalações porque ouviu a população. Então, ela só escutou a população que está nos carros. Eu tenho todo o respeito às pessoas que compraram carros. Eu tenho carro. Sei como funciona uma cidade carrocrata, em que tudo é para os carros: vias, viadutos, expansão de faixas e pontes. Todos querem ter um carro. A governadora não ouviu a população que está atravessando a rua e correndo. Nas nossas páginas estão as centenas, as milhares de pessoas que vimos atravessando a rua.

Os carros continuam trafegando, o engarrafamento não mudou. A preocupação era gerar mais engarrafamento. Na boa, não estou preocupado com engarrafamentos. Estou preocupado com a pessoa que vai atravessar a rua e morrer!

A cidade que se orgulha da faixa de pedestres abandona os pedestres, que são os que usam o primeiro modal da vida! Para chegar ao carro, à parada ou ao estacionamento, as pessoas caminham! Além disso, a pessoa com mobilidade reduzida ou numa cadeira de rodas precisa ter acessibilidade!

O Distrito Federal prefere que aquela pessoa que está dentro do carro com ar-condicionado e 4 pneus tenha o privilégio de estar numa pista construída com impostos do conjunto da população, e, quando se pede uma faixa de pedestre, o governo nega.

Esse é o diagnóstico desta cidade que odeia quem anda a pé. Quem tem carro tem voz nesta cidade. Quem tem carro barra faixa exclusiva de ônibus, barra faixa de pedestre e barra travessia em nível, que é a melhor forma de atravessar a rua no mundo. Quem está no carro aumenta a velocidade na pista, pede mais uma pista e ganha mais uma pista.

Não tenho nenhum receio de falar isto, em período nenhum. Para o Setor Habitacional Jardim Botânico, a governadora e o DER-DF anunciaram uma megaobra: 2 novos viadutos, não sei quantas faixas e zero faixa para ônibus!

Eu digo para as pessoas que moram no Setor Habitacional Jardim Botânico: "Como as empregadas chegam às casas de vocês? Vocês não sabem? Elas andam da entrada principal até o final do condomínio. Elas andam 2 quilômetros, 3 quilômetros. Olhem a caminhada que elas fazem. Para vocês, elas estão cumprindo o cárdio. Depois, elas vão passar mais 3 horas, 4 horas, dentro das casas de vocês, em pé, cuidando das suas coisas. Vocês estão preocupados em saber se o carro importado de vocês vai sair com tranquilidade na pista, mas a empregada de vocês anda muito para chegar às casas de vocês."

Isso está errado! Vamos gastar milhões de reais para não resolver o problema. É simples assim. Vão fazer mais 2 viadutos e um monte de faixas no Setor Habitacional Jardim Botânico. Sabem o que vai acontecer? O engarrafamento que ocorre na Estrada do Sol vai passar para o viaduto da frente. Se viaduto resolvesse alguma coisa, o viaduto na pista em direção ao Setor Habitacional Jardim Botânico e à São Sebastião teria resolvido o engarrafamento. Olhem como ficou o engarrafamento lá. O engarrafamento que era em cima agora é embaixo.

Esta cidade não vai funcionar se continuarem investindo única e exclusivamente nos carros.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro. (Pausa.)

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Presidente deputado Chico Vigilante, boa tarde. Boa tarde a todas as pessoas que acompanham esta sessão ordinária da Câmara Legislativa.

Vou abordar 3 assuntos.

O primeiro é que, mais uma vez, a governadora em exercício do Distrito Federal, Celina Leão, mente.

Ela mentiu na semana passada sobre a história BRB-Master. Acusou, inclusive, alguns membros da oposição de burrice, deputado Max Maciel, por causa da história do balanço. Algo que foi desmentido, logo em seguida, por uma nota do FGC, esclarecendo que o empréstimo só sai se o governo, se o BRB, apresentar o balanço. Nessa entrevista, ela, inclusive, gritou e perdeu um pouco a linha. Agora, na CNN, aparentemente orientada pela assessoria, adotou um tom mais sereno, mas continua mentindo, tentando colocar na conta do governo federal a história do empréstimo.

A governadora mente. A governadora tenta enganar novamente a população. Tenta retirar

de si a responsabilidade pela situação do BRB e pelas relações entre o governo do qual faz parte e o Master. Ela tenta se desvincular da vice-governadoria de Ibaneis. Foi eleita vice-governadora na chapa de Ibaneis, que agora tenta esconder da campanha eleitoral, porque ninguém quer Ibaneis por perto. Ativo tóxico, cheira mal.

Celina, você está no exercício da governadoria porque foi eleita na chapa de Ibaneis. Você não foi eleita governadora. Você e Ibaneis representam o mesmo projeto. Foi o governo Celina-Ibaneis que roubou o Distrito Federal. Ela esquece isso. Tenta enganar a população durante as eleições. Mas a população, governadora Celina, não vai esquecer que você fez parte do governo que roubou a cidade, que roubou o BRB, que roubou o Distrito Federal.

Ela tenta falar, mais uma vez, da responsabilidade pelo balanço, deputado Chico Vigilante. O empréstimo já está autorizado, inclusive, porque esta casa, por decisão da maioria dos deputados, aprovou a medida. Nós votamos contra e denunciemos, porque ele vai quebrar o Distrito Federal e não vai salvar o BRB. O empréstimo não sai porque ela tem que apresentar o balanço do BRB, que está escondendo. Ela está admitindo e confessando que quer cometer outra ilegalidade: quer falsificar o balanço, quer falsificar as contas públicas.

Ela tem que assumir isso de uma vez por todas. Não adianta achar, agora, em tom sereno, que existe um clima de guerra criado pela oposição. A oposição está aqui, deputado Chico Vigilante, há mais de 1 ano, há 2 anos, denunciando esse escândalo, o maior escândalo do Distrito Federal. Enquanto isso, a cidade está vivendo um caos.

Já falamos da saúde. O deputado que me antecedeu, inclusive, afirmou que a oposição costuma falar da saúde. Não, deputado. O problema da saúde é falta de gestão, sim. É falta de orçamento, sim. E é falta, na verdade, de um projeto que valorize o SUS. Foi este governo, o governo Celina, o governo Ibaneis, que apostou no IGESDF, nas fraudes e nos escândalos de corrupção dele.

Não dá para chegar agora, em período eleitoral, e fingir que não existe responsabilidade pelas mortes nas filas, nas portas das UPAs e pela falta de médicos. Foi esse governo o responsável pela tragédia, e é esse governo que está sequestrando mais de R\$60.000.000 da cultura, deputado Ricardo Vale, do FAC.

Esse dinheiro, por lei, pertence ao setor cultural, aos artistas, a quem produz cultura, a quem trabalha com cultura. O governo sequestrou esse recurso e bloqueou o orçamento do FAC. Isso é ilegal. Não pode acontecer. E nós estamos, neste momento, com uma ação no Tribunal de Contas.

Quero encerrar dizendo que o período eleitoral é muito bom. Porque, no período eleitoral, as candidaturas têm que se expor. Já não aparecem apenas discursos produzidos para redes sociais. Há debates, sabatinas e perguntas feitas pela população nas ruas. E a verdade aparece.

Foi desastrosa a entrevista da governadora Celina Leão sobre o Ideb e a educação; mostra que ela não entende nada de educação.

O Ideb, no Distrito Federal, revela a falência da gestão desse governo: salas de aula superlotadas, diminuição do investimento em educação, mais de 16.700 professores temporários, falta de trabalhadores da carreira PPGE – monitores – e a aberração, a falência, o fracasso das escolas militarizadas, deputado Max Maciel.

As escolas militarizadas aparecem no *ranking*: não apresentaram melhora nos resultados, não melhoraram o aprendizado. Disseram que colocar policiais militares e bombeiros nas escolas daria certo. É muito questionável o Ideb, sim, mas o seu resultado mostra exatamente o contrário: policial militar e bombeiro militar não entendem de educação, não entendem de escola.

O que é preciso na nossa rede é o fortalecimento da gestão democrática, mais investimento e a valorização de quem de fato ensina: professores, orientadores e a carreira PPGE.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Pepa.
(Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Como líder.) – Presidente, muito obrigado. Boa tarde a todos os deputados, deputadas e às pessoas que nos acompanham. Tenho a impressão de que consigo acertar alguns dos discursos que serão feitos nesta tribuna. A campanha eleitoral começou, e a perspectiva é o ataque, até desleal, à governadora Celina Leão.

Acredito que o brasiliense é muito inteligente e capaz de fazer qualquer leitura. Todos sabem o que é a figura de um vice-governador. Vice-governador, pessoal – para Brasília entender –, é o estepe de um carro, que só é usado quando o titular tem algum problema e é substituído. Atacar a governadora dessa maneira, até para quem é homem, não é justo. Trata-se de uma mulher que está fazendo muito pelo Distrito Federal.

Eles fazem o ataque e parece que se esquecem de mostrar o governo federal deles. Então vou fazer sempre uma comparação: se falarem da Celina Leão, eu vou vir falar do Lula. Vejam o *slogan* do Lula: “O Brasil pronto para mais”. Esse é o lema da campanha do presidente Lula. A minha pergunta é: será que o Brasil está mesmo pronto para mais?

Eu preparei algo. Eu sabia que haveria um discurso dessa natureza, então mandei algo antecipadamente para a mídia. Vamos ver alguns *slides* importantes para sabermos como é o governo federal deles, e se eles têm ou não moral para atacar o governo de Celina Leão.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Como líder.) – Houve problemas técnicos na exibição do material. Tudo bem, depois voltaremos ao assunto. Mostrarei a Brasília o que representa o governo Lula.

Fala-se muito em saúde e educação, mas o que o governo Lula tem feito por essas áreas? Foram retirados mais de R\$10 bilhões. É uma desumanidade fazer ataques tão pesados à governadora e não ter coragem de mostrar o que tem sido o governo deles. “O Brasil pronto para mais.” Pronto para mais o quê? Mais corrupção? O Brasil está cansado da corrupção que assola esta nação. Eles não têm capacidade de vir a esta tribuna mostrar o que tem sido o desmando desse governo, em nível nacional: desemprego, educação falida. O que está sendo feito pela saúde? O maior índice de pedidos de falência da história tem ocorrido neste governo. Aliás, diga-se de passagem, um dia desses, quem pediu recuperação judicial foram as Casas Bahia.

Eu vou começar a fazer uma comparação. Eu queria apresentar algo bem didático. Preparamos um material com bastante antecedência, que deixamos pronto para ser apresentado, mas, como ele ainda não está disponível, presidente, eu vou esperar outro momento de fala para fazer a comparação entre o governo Celina e o governo Lula.

Obrigado, presidente.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Deputado Pastor Daniel de Castro, vossa excelência vai fazer uma comparação entre o governo Celina e o governo Lula? Rapaz!

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Só para eu entender. É isso mesmo: Celina e Lula? Está bem.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Senhor presidente, acho que nós

podemos fazer uma boa comparação com o governo apoiado por esse deputado que falou anteriormente, o governo da fila do osso. No estado de Mato Grosso, que tem o maior rebanho bovino do mundo, as pessoas estavam lá na fila do osso. Aí, ele disse que o Brasil está em crise. Qual é a crise, deputado Ricardo Vale? Todos os supermercados estão cheios de pessoas fazendo compras. Nos aeroportos, hoje, há mais pessoas do que nas rodoviárias. Há pleno emprego. A verdade é esta: há pleno emprego. As pessoas estão lá.

Porém, o problema do Distrito Federal é que havia um governador que dizia que não pisava no mesmo terreno em que Lula tivesse pisado, e nós estamos vendo o resultado. O rombo do BRB, constatado pelo próprio presidente do banco, é de R\$8,5 bilhões. No entanto, não são apenas R\$8,5 bilhões, são R\$30 bilhões. O secretário de Economia do Distrito Federal, o senhor Valdivino, disse que encontrou um rombo de R\$5 bilhões. Ele está dizendo agora que já há R\$3 bilhões, que vai entregar as contas no azul, com R\$3 bilhões. Eu quero saber de onde tiraram R\$5 bilhões, mais 3, ou seja, R\$8 bilhões.

A verdade é que estão atrasando o pagamento das empresas prestadoras de serviço, estão atrasando o pagamento das empreiteiras para deixar dinheiro no caixa do BRB e evitar que o Banco Central liquide o BRB. Na hora em que passarem a pagar, no prazo, às empreiteiras e aos prestadores de serviço, o BRB sofrerá intervenção federal, ou melhor, sofrerá liquidação. Quem quebrou o BRB? O governo Ibaneis Rocha e Celina Leão. Eles são os responsáveis pela quebra do Banco de Brasília. Esse é o grande problema.

Presidente, as pessoas precisam sair às ruas, como eu, que estou nas ruas o tempo todo, para verificar qual é o grande problema da população do Distrito Federal hoje. É a saúde. O doutor Ibaneis Rocha, durante a campanha, dizia que havia dinheiro, mas faltava gestão. Eu digo que hoje há muito mais dinheiro e falta muito mais gestão. Ou alguém acha que é pouca coisa haver 100 mil pedidos dos mais variados tipos na fila de regulação? Há pacientes com câncer que não são tratados, operações de vesícula que não são feitas. Você já pensou na situação de um paciente com câncer que sabe que vai morrer porque o Estado não o trata? O câncer é curável, desde que as pessoas sejam tratadas a tempo.

Em Brasília, deputado Ricardo Vale, 25% da população tem plano de saúde. Essa é a média porque, na Ceilândia, apenas 17% têm plano de saúde. O restante da população depende do SUS, da saúde pública, e precisa de atendimento, que não está chegando.

Verifiquem as filas das farmácias de alto custo. A pessoa fica lá quase morrendo enquanto espera para pegar o medicamento.

Outro dia, eu tive uma audiência com o presidente do sindicato das farmácias. Ele me garantiu que, se houver convênios e a distribuição dos medicamentos for transferida para as farmácias, não haverá fila. Eu estou disposto a lutar por isso, para que nós implementemos no Distrito Federal um programa em que as farmácias entreguem os medicamentos necessários ao tratamento do povo. É possível fazer isso, e nós vamos fazer.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Encerro o comunicado de líderes.

Dá-se início ao comunicado de parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para comunicado.) – Presidente, boa tarde novamente. Boa tarde a quem nos acompanha da galeria e pela TV Câmara Distrital.

Eu vou fazer um comentário sobre a cultura, porque os nossos agentes e produtores culturais também estão muito mal no Distrito Federal. Mais de 200 projetos aprovados no Fundo de Apoio à Cultura, que é regido por uma lei segundo a qual não pode haver contingenciamento, não receberam os repasses. O Festival de Brasília do Cinema Brasileiro chegou a ser ameaçado, e a

bienal foi realizada no atropelo. O horror à cultura é algo surreal.

Neste momento da gestão, isso ultrapassa limites, porque não só o fazer cultural acaba sendo criminalizado, como sempre, como agora todos aqueles que cumpriram o rito de apresentar projeto e concorrer a um edital, deputado Gabriel Magno e deputado Fábio Félix, mesmo aprovados, sequer têm condições de saber se receberão os recursos e se poderão implementar os projetos.

Uma das consequências é que isso pode colocar tanto o gestor da pasta da cultura quanto, sobretudo, a governadora em uma situação de inelegibilidade futura e de não aprovação das contas, o que incorre legalmente em um problema jurídico-administrativo. O FAC, por lei, não pode ser contingenciado. Depois, quando mandam o recurso, deputado Ricardo Vale, eles não mandam o retroativo. Eles engolem o dinheiro e não mandam o retroativo. Fica sempre um passivo para o setor cultural, que não consegue implementar a política cultural com todas as oportunidades, nem o desenvolvimento econômico e a geração de renda que o setor cultural promove no Distrito Federal.

Nós já despachamos documentos e vamos encaminhá-los à Secretaria de Economia, para que ela desbloqueie os recursos e os encaminhe à Secretaria de Cultura, a fim de que os agentes possam realizar seus fazeres culturais e receber os prêmios e os recursos referentes aos projetos aprovados

Presidente, eu gostaria de aproveitar a oportunidade, porque o parlamentar que nos antecedeu comparou a vice-governadoria a um estepe. Eu não compararia ninguém com nada que rode, porque, se for assim, esse estepe rodou! Esse estepe não está zerado dentro do porta-malas, não – ou embaixo do carro, dependendo do carro. Olhe só, deputado: em 2023, a então vice-governadora assumiu o Governo do Distrito Federal 6 vezes. Somente em 2023, ela ficou 65 dias no comando do Governo do Distrito Federal. Em 2024, ela assumiu a governadoria 4 vezes. Em 2025, ela assumiu a governadoria 5 vezes. Em 2026, ela assumiu a governadoria 1 vez antes de assumi-la definitivamente. Em 2023, ela assinou 44 leis; em 2024, 29 leis; em 2025, 6 leis.

Isso não é um estepe que foi usado para tampar um furo de pneu, não! Isso é um material rodante de alta capacidade, fundamental para o veículo que está andando. Pelo que ela cumpriu e fez, na verdade, é o contrário: sem o estepe, esse carro não andava! Esse estepe foi necessário tantas vezes para cumprir um papel no carro que está andando, que o problema talvez seja que o estepe acelerou demais ou freou de menos.

A realidade é que quem está no governo veste a mesma camisa. A lealdade política é fundamental, e, nessa hora, nós sabemos quem é quem. Eu ficaria constrangido se tivesse sido da base do governo Ibaneis e chegasse agora para dizer que tudo o que ele fez está errado, depois de eu ter votado tudo a favor dele. Agora esquecem até o nome dele, ninguém fala nem o nome. Como diz o ditado: rei morto, rei posto.

A realidade concreta é que quem assumir o governo em 2027 vai pegar um Estado quebrado. A governadora, deputado Gabriel Magno e deputado Fábio Félix, com o secretário de Economia, foi dizer publicamente que a capacidade de pagamento aumentou. Eu nem sou do setor econômico, mas, se fizermos a matemática da arrecadação *versus* despesa, esse cálculo não vai bater, pois piorou a nossa capacidade de investimento, piorou a nossa capacidade de gestão e de honrar pagamentos no futuro.

Antes diziam que o balanço não poderia ser publicado, mas agora o próprio fundo garantidor está dizendo que a condição fundamental para colocar na mesa os bilhões que o Distrito Federal pede para socorrer o banco é eles terem acesso ao balanço. Presidente, eu nunca vi ninguém pedir um empréstimo sem mostrar que tem capacidade ou lastro para honrar os seus pagamentos. Isso só deve funcionar para o estepe.

Presidente, grato.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para comunicado.) – Presidente, eu quero voltar a um assunto de que eu tenho tratado constantemente. Quero falar da situação dos vigilantes do Distrito Federal.

A data-base dessa categoria honrada e digna é 1º de janeiro. O sindicato dos trabalhadores da segurança privada fez uma assembleia em outubro, encaminhou a pauta de reivindicação ainda em outubro, e o sindicato patronal ficou enrolando sem dizer absolutamente nada.

No mês de março – portanto, 3 meses depois da data-base –, eles fizeram uma proposta ridícula de 3,9% de reajuste; alteração de uma série de cláusulas da convenção coletiva, que são conquistas históricas da categoria; e o desejo de mexer no plano de saúde dos vigilantes. Naturalmente, em assembleia, os trabalhadores a rejeitaram. No mês de junho, os vigilantes decretaram greve, e cerca de 6 empresas assinaram acordos individuais: a Confederal – que concedeu um reajuste de 4,26% – a Brasília Segurança, a Total Segurança, entre outras. A verdade é que, hoje, cerca de 12 mil vigilantes estão abrangidos pelos acordos feitos com as empresas.

Porém, o sindicato patronal, por meio do senhor Luis Gustavo, que é o presidente do sindicato, teima em não atender os anseios da categoria. O sindicato encaminhou a proposta para uma junta de conciliação do Tribunal Regional do Trabalho. A desembargadora do Trabalho que coordena essa área, junto com o doutor Rogério, juiz do Trabalho titular do fórum, fizeram a proposta de 4,26% e pediram que ela fosse levada à assembleia dos trabalhadores e à assembleia dos empresários. O Sindicato dos Vigilantes submeteu a proposta à assembleia dos trabalhadores, e a categoria a aprovou por unanimidade.

Existem cerca de 60 empresas de vigilância no Distrito Federal, mas só 12 compareceram à assembleia do sindicato patronal. Uma empresa votou favorável à proposta do tribunal e 11 recusaram. A proposta foi rejeitada pelos patronais. Isso só demonstra o puro capricho da tentativa de desmoralizar a categoria. A proposta foi rejeitada pelos patrões. Agora está sendo instaurado o dissídio coletivo.

Eu espero que o Tribunal Regional do Trabalho julgue o mais rápido possível esse dissídio coletivo porque em outubro começa a nova campanha salarial de 2027. Portanto, é fundamental que esse julgamento ocorra ainda este ano para um dissídio não encavalhar no outro.

Agora, boa parte dos patrões que têm parentes proprietários de empresa de segurança estão obrigando os trabalhadores a comparecerem a seminários promovidos por eles, o que é uma vergonha. O empregado trabalha a semana inteira e no seu dia de folga é obrigado a comparecer a esses fóruns convocados por patrões.

Portanto, seria importante eles demonstrarem que têm preocupação com os trabalhadores, aceitando a proposta do tribunal e assinando a convenção coletiva dos trabalhadores vigilantes do Distrito Federal.

Eu continuo ao lado dos vigilantes porque eu só tenho um lado: o lado dos trabalhadores.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para comunicado.) – Presidente, deputados, deputadas, boa tarde a todos e a todas.

Na semana passada, acompanhamos com muita preocupação a reunião que aconteceu no STF sobre a situação do BRB. Todo mundo acompanhou essa reunião, por qual motivo? Porque, no primeiro semestre, a governadora do Distrito Federal e o Governo do Distrito Federal informaram à população e à Câmara Legislativa que todos os problemas do BRB estavam resolvidos.

Primeiro, o governo apresentou a proposta dos terrenos; em seguida, disse que usaria o dinheiro da securitização, que a Quadra faria investimentos no BRB e que, depois, viria o empréstimo do FGC. Basicamente, o BRB estava resolvido.

Aí descobrimos que nada andou. Por quê? O empréstimo não foi assinado, os terrenos não serviram para nada e a Quadra desistiu de fazer o investimento. Então, o governo estava protelando um problema, e a governadora começou a apontar o dedo para outros entes, como a União, que não tem nada a ver com o BRB, que é um banco estadual.

O ministro do STF abriu a reunião para perguntar o que está rolando, o que está acontecendo na situação do BRB.

A governadora mentiu? Nós descobrimos que o Governo do Distrito Federal não apresentou os documentos. Descobrimos que a governadora mentiu sobre capacidade de pagamento, porque não existe Capag provisória. Não existe Capag autodeclaratória, que é o que ela está fazendo. Minha Capag era C e agora eu autodeclaro que é A+. Não existe Capag autodeclaratória – isso era o que ela vinha fazendo. Ela foi, do meu ponto de vista, desmascarada, porque o ministro do Supremo abriu a reunião. E aí todo mundo disse: “Quem tem que pedir um empréstimo, batalhar pelo empréstimo e dar as condições para o empréstimo é o GDF”. É ele que tem que garantir.

Agora, meus amigos, o que está acontecendo no Distrito Federal? O que vai acontecer com o Banco de Brasília? Essa tem que ser nossa preocupação. Por quê? Porque isso vai ter consequência. Mesmo se o empréstimo sair, isso vai ter consequência. Qual é o juro desse empréstimo, já que o FGC não quer dar esse empréstimo? Então, isso tem consequência para a população do Distrito Federal.

Precisamos parar os trabalhos na Câmara Legislativa para discutir o que vai acontecer com a população do DF. Quem vai pagar a conta dessa crise? É a saúde pública, é a educação, é o orçamento, é o governador – ou a governadora – que vai ser eleito no dia 4 de outubro ou no segundo turno? Nós precisamos falar sobre esse tema, porque não há nada resolvido.

O DF está vivendo uma crise profunda, um caos gigantesco, e a situação do BRB é um agravante. E vejam que não estamos falando das causas. O BRB não foi parar lá porque decidiu, voando. O BRB foi parar lá porque alguém teve a ideia genial de fazer transações com o Banco Master. Alguém se enfiou na picaretagem, em mais de R\$30 bilhões em transações. Foi assim que o BRB foi parar nesse estado.

Então, é preciso falar desse assunto. Nós vamos falar desse assunto todos os dias – e não é porque é período eleitoral, não. Nós vamos falar desse assunto todos os dias porque temos falado desde o primeiro dia. Fizemos mais de 400 pronunciamentos e ações nesta casa com relação a esse tema ao longo desse último 1 ano e meio, quando o governo fez essa proposta, que tem consequências dramáticas para a população do DF.

Nós queremos que a governadora dê respostas sobre o que está acontecendo com a situação orçamentária. Por que não paga o dinheiro da cultura? Por que contingencia o dinheiro da saúde? Por que não há concurso público? Por que as coisas não andam no Governo do Distrito Federal? Por que os contratos não são pagos? Há, toda semana, denúncias de atrasos em salários e em obras. Nós queremos respostas sobre o que está acontecendo no DF. Muito já foi desmascarado com relação a um tema central, o da situação do BRB. Agora, precisamos de respostas sobre o que aconteceu.

Já sumiram com o Ibaneis. Isso está claro, pois ninguém fala mais em Ibaneis. Aliás, ele foi governador do DF, já que ninguém mais fala em Ibaneis? Os defensores do Ibaneis esqueceram o nome dele. Ninguém fala mais o nome do ex-governador que nos colocou nessa situação! A vice-governadora não sabe o nome do Ibaneis. Ninguém mais sabe o nome dele.

É assim que se faz a política para enganar a população do DF. Se depender de nós, isso não vai acontecer.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB. Para comunicado.) – Eu quero, primeiramente, pedir a Deus que nos abençoe.

Estive algumas vezes nesta tribuna. Entrei na Câmara Legislativa em 2022, como deputada distrital. E vi a importância da tribuna, da Câmara Legislativa e dos deputados distritais para fazer a transformação na vida das pessoas. Vim da Câmara dos Deputados para a Câmara Legislativa. Sei a importância desta casa para conhecermos as políticas que são transformadoras para as pessoas e, principalmente, para sabermos como está funcionando o Governo do Distrito Federal.

Caminhei muito, muito mesmo, pelo DF. Conheço todos os hospitais, todas as UPAs. Conheço 528 escolas, para as quais enviamos emenda parlamentar. Sabemos o que acontece na segurança pública.

Hoje, dia 18 de agosto de 2026, estamos na Câmara Legislativa, uma casa política, com uma eleição a ser conduzida para um governo transformador, para um governo que traga às pessoas o cuidado humano como uma diferença na política pública. Que o Estado realmente funcione para transformar e tirar a dor das pessoas. Eu me coloco nesse lugar com honra, com temor a Deus, mas, principalmente, com missão, com propósito, com honestidade, com responsabilidade e com firmeza quando for necessária.

Acho importante fazer este discurso porque é o primeiro que faço como candidata ao Governo do Distrito Federal. Ele ficará marcado na minha história, na Câmara Legislativa e na história do Governo do Distrito Federal. Digo que nós não vamos governar para 50% das pessoas, não. Vamos governar para 100% dos brasileiros que moram no DF, a capital do nosso país.

Quero dizer que essa situação do Banco Master é simplesmente vergonhosa e criminoso. Acerca dos 2 governos, existe um governo Ibaneis-Paco Britto e existe um governo Ibaneis-Celina Leão. Existem, sim, esses 2 governos. A compra do Banco Master foi feita no governo Ibaneis e Celina. É importante dizer isso para a população e, principalmente, para o cidadão que, normalmente, não consegue enxergar a política pública de verdade. A corrupção mata. Ela mata valores, ela mata sonho, ela mata criança, ela mata mãe, ela mata a perspectiva de esperança. Nós não podemos perder essa perspectiva de esperança.

Falando do Banco Master, presidente – chamo a atenção de todos, porque eu quero colocar isso na mesa, colocar isso na rede –, temos o balanço do Banco BRB. Por que nós precisamos do balanço do BRB?

A governadora em exercício fala de maturidade. Eu não quero falar de maturidade, eu quero falar de responsabilidade. A responsabilidade de toda gestão política e financeira é entregar um balanço trimestral, senão se paga uma multa por falta de transparência.

Hoje, o FCO não empresta dinheiro para o BRB porque nós não temos a transparência desse balanço, que está há mais de 150 dias sem ser apresentado. É importante dizer isso para todos os senhores, por quê? Porque nós precisamos, antes da eleição, da transparência desse balanço. Digo isso, porque – da mesma forma que o FGC não quer emprestar dinheiro para o BRB, porque este não tem o balanço – nós não podemos depositar um voto na urna sem saber o que está acontecendo.

Qual é o tamanho do prejuízo? Alguns falam de R\$16 bilhões, outros falam de R\$22 bilhões ou de R\$30 bilhões. Eu não sei qual é o tamanho do prejuízo. Desafio todos a colocarem na mesa onde está o prejuízo. Porque ninguém está jogando pique-pega ou caça ao tesouro. Isso sim é infantilidade. Nós estamos falando de uma gestão pública decente e ética, em que possamos trazer a transparência para o povo brasileiro.

Eu fui uma deputada que sempre votei contra a compra do Banco Master. Aqui eu coloquei um banco de plástico, aqui eu coloquei um cheque em branco, aqui eu coloquei um cheque de quem ia pagar as contas. Nós estamos querendo saber do balanço. Mostre-nos o balanço, coloque o balanço na rede, coloque o balanço na mesa, porque a minha mão está aqui para que possamos ver

o prejuízo do Distrito Federal.

Eu conto com cada um desses senhores para que façamos a política do bem, a política com humanidade, com respeito e, principalmente, com responsabilidade.

Obrigada, presidente.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, quero fazer uma consideração em relação à notícia que saiu agora de que o presidente do Senado Federal finalmente despachou a PEC do fim da escala 6 por 1 para a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Essa PEC foi despachada pelo presidente do Senado, acho que é um momento importante, porque ela foi aprovada na Câmara dos Deputados. Está aberta uma janela histórica de rediscussão da jornada de trabalho.

Infelizmente, toda vez que o Congresso Nacional discute a reforma trabalhista é para piorar os direitos dos trabalhadores. Assim foi com a reforma trabalhista do governo Temer, que serviu para atacar os direitos dos trabalhadores. Agora nós temos a grande oportunidade de reduzir a jornada de trabalho sem redução salarial. O nosso trabalhador brasileiro merece vida além do trabalho, merece acesso à cultura, ao lazer, a cuidar da saúde mental, a levar o filho numa consulta, a ir à igreja. Há muita coisa que o trabalhador pode fazer com mais tempo para poder cuidar da sua família e da sua vida. Acho que o nosso país precisa avançar nesse sentido.

Já foi um grande feito, extraordinário, a aprovação, na Câmara dos Deputados, do fim da escala 6 por 1. Espero que o Senado Federal possa agir de forma rápida e objetiva, porque a classe trabalhadora brasileira merece o fim da escala 6 por 1. Temos o maior orgulho desse projeto, do protagonismo do PSOL nessa luta, neste momento. Talvez essa seja uma das maiores vitórias da classe trabalhadora brasileira dos últimos 40 anos, caso essa PEC seja aprovada no Senado Federal.

É muito importante registrar que, depois do esforço do presidente Lula, ela foi destravada e agora encaminhada para a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Esperamos que, de forma célere, ela seja aprovada e que o Congresso Nacional possa promulgar uma PEC que reduz a jornada de trabalho, reduz a carga horária semanal e dá mais direitos ao trabalhador brasileiro.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Fábio Félix. É uma boa notícia essa tramitação, no Senado Federal, do fim da escala 6 por 1.

Lembro que, aqui na Câmara Legislativa, nós já acabamos com ela. É importante registrar que os nossos trabalhadores terceirizados já tiveram redução na sua carga horária e já estão chegando mais cedo em casa. Nós demos o exemplo, e espero que o Governo do Distrito Federal faça o mesmo. É uma jornada injusta, sobretudo para as mulheres, que chegam em casa e têm mais um turno de trabalho, cuidando da casa e dos filhos.

Muitas trabalhadoras desta casa e muitas trabalhadoras terceirizadas dos órgãos do GDF sofrem muito com essa escala, ficando apenas com 1 dia da semana, talvez um sábado ou um domingo, para estar com a família. Enfim, essa escala é desumana, sobretudo para as mulheres.

O presidente Lula vem se esforçando há muito tempo para alterar esta escala 6 por 1. Mesmo tendo um Congresso que é inimigo do povo, a PEC está tramitando. Tenho certeza de que o presidente Lula, com a habilidade que tem, com o compromisso e a solidariedade que tem com o povo brasileiro, conseguirá essa grande vitória para os trabalhadores do país inteiro.

Parabéns por essa informação, deputado! Fim da escala 6 por 1 já!

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL. Para comunicado.) – Obrigado, presidente.

Cumprimento todos os presentes, deputados, deputadas, assessorias, todos aqueles que nos acompanham pela TV Câmara Distrital.

Presidente, quero abordar uma questão bastante simples, que diz respeito à pista reversa que sobe do Torto para o Colorado, em Sobradinho. Normalmente fico na passarela. Foi assim que observei, há muito tempo, a situação desse local. Essa pista é o único local da BR-020, da Epia, que não tem radar para fiscalizar a velocidade. Ali têm acontecido situações absurdas, principalmente nos fins de semana. Primeiro, estão ocorrendo pegadas. Os veículos largam lá embaixo, no Torto, e sobem até o Colorado disputando corrida.

Durante o tempo em que fico na passarela, temos observado carros passando em velocidade exorbitante e colocando em risco todos os moradores que atravessam a região – muitos não utilizam a passarela porque ela fica muito distante. Os caminhões que vão para as fábricas de cimento, bem como para outras empresas que utilizam brita, também passam pelo local em altíssima velocidade.

Dito isso, o que fiz? Primeiro, oficieei, por meio da Comissão de Segurança, o Detran-DF, que disse que isso não era competência deles, mas do DER-DF. Este, por sua vez, informou que não existe comprovação técnica de que estejam ocorrendo infrações por excesso de velocidade naquele local.

Ora, como se vai comprovar a existência de infrações por excesso de velocidade se não há nenhum equipamento de medição? É claro que isso não vai aparecer nunca. O DER-DF falou que não há. Então, estou falando no plenário para que o nosso diretor, Fauzi, que é muito competente, peça à equipe técnica que vá *in loco* fazer uma fiscalização, porque existe radar móvel, para verificar o que está acontecendo ali.

Primeiro, virou um local de pega. São aproximadamente 5 quilômetros de subida. Há uma outra situação em que caminhões e carros colocam para rachar. Eu imagino que a velocidade esteja chegando a 200 quilômetros por hora – muitos ficaram avaliando no local e dizem isso. Claro que tudo é dito no chutômetro, porque não houve aferição.

Solicito que o DER-DF faça estudo técnico e coloque radar móvel e redutor de velocidade, porque no local vários e vários acidentes já aconteceram. Inclusive houve 4 atropelamentos fatais naquela região. Fiquei triste, porque o DER-DF simplesmente respondeu que não havia infração nenhuma ali. Obviamente, não há, porque não há como medir a velocidade dos automóveis.

Presidente, quero também falar sobre a emenda que nós fizemos em relação ao Projeto de Lei Complementar nº 91/2025, que altera a Lei Complementar nº 948/2019, que trata da Luos. Essa lei está tirando um direito dos templos religiosos. Agora, a lei está limitando a altura dos templos. Eu sou católico, mas não estou falando da Igreja Católica apenas, estou falando de todos os templos religiosos. Não sei se foi uma coisa imperceptível, um vacilo que não observaram na hora, mas foi colocado na lei que as edificações não podem ultrapassar determinada altura.

Então, fiz uma emenda em relação a isso. A emenda diz que as edificações dos templos religiosos podem ultrapassar o limite máximo de altura estabelecido no anexo 3, desde que o autor do projeto comprove a necessidade técnica, para assegurar as características arquitetônicas próprias do templo.

Como justificar isso? Nós já temos vários e vários templos religiosos em Brasília com essas alturas. Isso é uma coisa típica de templos religiosos. E, pasmem, edificações industriais ultrapassam essa altura! Por que não continuar permitindo que os templos religiosos, dentro da técnica, dentro da avaliação correta, façam o que os órgãos que analisam os projetos arquitetônicos autorizam?

Não estou falando para construir torre de qualquer jeito, atrapalhando o meio ambiente ou mesmo o espaço aéreo, não. Estou falando para fazer tecnicamente, como é feito com relação às indústrias e às demais edificações que ultrapassam a altura estabelecida no anexo 3. Essa demanda tem vindo ao nosso gabinete e é proveniente de vários segmentos religiosos aqui do Distrito Federal,

como eu disse.

Então, peço que essa emenda seja acatada. A princípio, a CAF suspendeu o parecer, entendendo que ela não deve ser acatada. Mas eu conclamo os senhores a prestarem atenção a isso, porque não podemos permitir que igrejas e templos religiosos de todos os segmentos aqui do Distrito Federal sejam punidos por uma falha na lei. Estou avisando hoje, antes de o projeto de lei ser apreciado e votado.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Declaro encerrado o comunicado de parlamentares.

Como não há mais assunto a tratar, declaro encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios são reproduzidos conforme informados pelo Cerimonial ou pelos organizadores dos eventos.
Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

CAF – Comissão de Assuntos Fundiários
Capag – Capacidade de Pagamento
CCBB – Centro Cultural Banco do Brasil
CNN – Cable News Network; em português, Rede de Notícias a Cabo
DER-DF – Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal
Detran-DF – Departamento de Trânsito do Distrito Federal
Epia – Estrada Parque Indústria e Abastecimento
EPTG – Estrada Parque Taguatinga
FAC – Fundo de Apoio à Cultura
FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FGC – Fundo Garantidor de Créditos
GDF – Governo do Distrito Federal
Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IGESDF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
Luos – Lei de Uso e Ocupação do Solo
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PPGE – Políticas Públicas e Gestão Educacional
STF – Supremo Tribunal Federal
SUS – Sistema Único de Saúde
UPA – Unidade de Pronto Atendimento

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA RODRIGUES BARBOSA - Matr. 24419**, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa, em 24/08/2026, às 11:41, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: 2807788 Código CRC: 1023185F.